

Publicização e Mobilização Social

Agentes implementadores no enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil

LAURA NAYARA PIMENTA

*Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte,
Minas Gerais, Brasil*

ID 2157

Recebido em

11/05/2020

Aceito em

03/07/2020

O presente texto apresenta uma discussão teórico-empírica sobre as dinâmicas de publicização e mobilização social engendradas por agentes implementadores no enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil na cidade de Itaobim, Minas Gerais. Para tanto, está ancorado nas teorias da burocracia de nível de rua (LIPSKY, 2010) e da mobilização social (HENRIQUES, 2017a, 2017b). Do ponto de vista empírico, analisa as ações de mobilização e publicização feitas pelos agentes em questão, através de pesquisas documentais, entrevistas em profundidade com os burocratas e outros atores, além de observações sistemáticas de situações de aparecimento público desses agentes.

Palavras-chave: Mobilização Social. Burocracia de Nível de Rua. Exploração Sexual Infantojuvenil.

Publicización y movilización social: agentes implementadores en la lucha contra la explotación sexual infantil

Este texto presenta una discusión teórico-empírica sobre la dinámica de la publicidad y la movilización social engendrada por los agentes implementadores en la lucha contra la explotación sexual de niños y adolescentes en la ciudad de Itaobim, Minas Gerais. Por lo tanto, está anclado en las teorías de la burocracia callejera (LIPSKY, 2010) y la movilización social (HENRIQUES, 2017a, 2017b). Desde un punto de vista empírico, analiza las acciones de movilización y publicidad llevadas a cabo por los agentes en cuestión, a través de la investigación documental, entrevistas en profundidad con burócratas y otros actores, además de observaciones sistemáticas de situaciones de aparición pública de estos agentes.

Palabras clave: Movilización Social. Burocracia a Nivel de Calle. Explotación Sexual Infantil.

Publicization and social mobilization: implementing agents in confronting child sexual exploitation

This text presents a theoretical-empirical discussion on the dynamics of publicization and social mobilization engendered by implementing agents in the fight against child and adolescent sexual exploitation in the city of Itaobim, Minas Gerais. Therefore, it is anchored in the theories of street-level bureaucracy (LIPSKY, 2010) and the social mobilizations (HENRIQUES, 2017a, 2017b). From an empirical point of view, it analyzes the mobilization and publicization actions carried out by the agents in question, through documentary research, in-depth interviews with bureaucrats and other actors, in addition to systematic observations of situations of public appearance of these agents.

Keywords: Social Mobilizations. Street-level Bureaucracy. Juvenile Sexual Exploitation.

Laura Nayara **PIMENTA**

Doutora e mestre em Comunicação e Sociabilidade pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: lanapi05@gmail.com

ORCID



Introdução

O artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ressalta que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990). Desse modo, proteger a população infantojuvenil e garantir a ela um desenvolvimento pleno e saudável é dever tanto da sociedade civil quanto das famílias, do setor privado e do Estado. Cada um desses entes, no âmbito de suas respectivas atribuições e no uso de seus recursos, está legalmente compelido a colocar entre seus objetivos o cuidado com as crianças e adolescentes.

Mesmo diante de um aparato jurídico potente, persiste no Brasil um quadro de violação dos direitos infantojuvenis. Tal quadro aponta que grande parte da sociedade brasileira ainda não rompeu com a cultura menorista, autoritária, centralizadora, patriarcal, machista e patrimonialista, que tem dificuldade em reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, o que acaba perpetuando a ocorrência de violências como a exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA).

A ESCA implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e uma violação de direitos e liberdades individuais da população infantojuvenil (CECRIA, 2000). Essa é uma das mais graves infrações de direitos e interfere diretamente no desenvolvimento da sexualidade saudável e nas dimensões psicossociais da criança e do adolescente, causando danos, muitas vezes, irreparáveis. A existência desses malefícios, somada a um cenário de vulnerabilidade social, reforça um ciclo vicioso de transtornos que afetam a toda a sociedade, como o tráfico de drogas, o aumento do índice de violência e de criminalidade, a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outros.

Seguindo a prerrogativa do ECA, vários agentes implementadores de políticas públicas, inseridos nas instituições públicas de nível municipal, estão envolvidos no enfrentamento à ESCA. Dentre eles, os conselheiros tutelares, os assistentes sociais, os psicólogos, os médicos pediatras, os professores, os juízes, os delegados, os policiais (civis, militares e rodoviários) e demais servidores públicos que atuam na linha de frente dessa rede de enfrentamento. Esses agentes, denominados por Lipsky (2010) de “*street-level bureaucrats*” (burocratas de nível de rua), fazem a política do Estado, sendo mais ou menos limitados pelo escopo de seus empregos e recursos, tomando mais ou menos iniciativas em relação aos regulamentos impostos sobre eles. Ademais, por serem atores públicos que operam no domínio público e institucional, tais agentes são cobrados e responsabilizados publicamente pelos resultados de suas ações, i.e., suas decisões e ações implicam *accountability* e uma atuação em termos de comunicação pública e mobilização social.

Posto isso, como um recorte de uma pesquisa mais ampla, no presente texto pretendemos explorar as dinâmicas de publicização e mobilização social engendradas pelos burocratas de nível de rua (BNR) no enfrentamento à ESCA. Para tanto, analisaremos o caso da cidade de Itaobim, Minas Gerais. Epicentro das questões de enfrentamento à ESCA no Médio Vale do Jequitinhonha, Itaobim é muito estigmatizada por esse problema, além de ter obtido visibilidade nacional após a realização de uma série de reportagens¹ na grande mídia sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na região. A cidade apresenta diversos equipamentos públicos que buscam garantir os direitos de crianças e adolescentes, dentre eles dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além de organizações não governamentais importantes para o enfrentamento à ESCA, como a Associação Papa João XXIII – Casa da Juventude de Itaobim e a Associação da Criança e do Adolescente de Itaobim (ASCAI), vinculada ao *ChildFund Brasil*.

¹ Série de reportagens “Jequitinhonha: infância à venda”, produzida pela equipe de jornalismo do SBT, sob a coordenação do jornalista Sérgio Utsch, em janeiro de 2009. Disponível em: <<https://entretenimento.uol.com.br/videos/?id=sbt-reportagem-denuncia-exploracao-sexual-no-jequitinhonha-0402306EE0896326>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

No que se refere aos BNR, escolhemos perceber a atuação dos assistentes sociais e psicólogos que trabalham nos CRAS e CREAS. De modo geral, os profissionais de Assistência Social e Psicologia inseridos nesses equipamentos públicos têm, por suas especificidades, uma relação direta com as vítimas, além de realizar trabalhos formativos na comunidade e nas famílias, objetivando a sensibilização para as causas de enfrentamento às violações de direitos. Ademais, esses profissionais têm o dever de participar dos fóruns institucionais de discussão das questões de assistência social e promoção de direitos de diversos setores. É por essa proximidade com as vítimas, por suas relações institucionais e comunitárias e pelos seus deveres com a evolução da discussão das políticas públicas setoriais que esses profissionais são de especial interesse.

Olhando para a implementação de uma política pública como um processo dinâmico, formado pelas ações e interações operadas pelos diversos atores, que influenciam na construção das ações e práticas políticas a partir desse processo de interação, este texto se diferencia dos demais estudos de comunicação pública, que se concentram na investigação do debate público institucionalizado nos processos de formulação e avaliação das políticas públicas.

No que diz respeito aos procedimentos analíticos e metodológicos, realizamos uma análise das interações comunicativas que os BNR empreendem para dar publicidade à causa do enfrentamento à ESCA, tomando seus discursos, concentrando nas circunstâncias das suas interações e no seu aparecimento público, objetivando desvelar o potencial mobilizador que apresentam e iluminar os processos comunicacionais em que estão inseridos. Para tanto, utilizamos três procedimentos principais: análise documental de legislações (ECA, Norma Operacional Básica dos CRAS e CREAS) e de relatórios anuais de atividades das referidas instituições, no período de 2015 a 2018; entrevistas em profundidade com três BNR (um psicólogo e dois assistentes sociais), realizadas entre 2017 e 2018; observações sistemáticas da participação dos BNR na Caminhada do 18 de maio de 2017 e na Gincana Para Além do 18 de maio, de 2018, ambas em Itaobim. Assim, na primeira seção apresentamos os dilemas e características dos BNR nas interações com os cidadãos durante a implementação de políticas públicas. Na segunda seção abordamos a discussão comunicacional sobre as dinâmicas de publicização e mobilização social de uma causa e o papel dos BNR nesse cenário. Por fim, expomos a análise das ações de mobilização social e publicização engendradas por esses agentes no enfrentamento à ESCA na cidade de Itaobim.

Agentes da burocracia de nível de rua: a face ou o coração do Estado?

O olhar para a atuação dos burocratas surge, em meados da década de 1980, como um eixo de análise importante, especialmente dos burocratas de nível de rua enquanto agentes implementadores. Esse burocrata foi amplamente estudado por Michael Lipsky, que em sua teoria traz como perspectiva central os dilemas individuais dos funcionários públicos que lidam diariamente com as políticas públicas em seu nível operacional, diretamente com o público dessas políticas e também com os conflitos decorrentes dessas interações.

Lipsky (2010) elenca três motivos principais que colocam os BNR no centro da controvérsia política nos serviços públicos: primeiro por serem atores que, embora estejam alocados nos baixos estratos da cadeia hierárquica das organizações, têm alto grau de discricionariedade para a conformação da política, o que é um fator de incerteza para seus gerentes e supervisores; segundo porque representam proporcionalmente a maior parte dos investimentos financeiros de um governo para a implementação de uma política pública; por fim, dentre todos os estratos burocráticos envolvidos em uma política pública, são aqueles nos quais a eficácia do trabalho está mais estreitamente relacionada à eficácia da política como um todo, uma vez que estão nas pontas dos serviços e políticas.

São os BNR que determinam o acesso do público a direitos e benefícios governamentais e é por meio deles que a população consegue acessar a administração pública, uma vez que interagem continuamente com a população em seu trabalho. Por essa razão, eles têm grande impacto na vida das pessoas, na medida em que vivenciam as comunidades onde atuam; recebem e transmitem as expectativas dos usuários sobre os serviços públicos; determinam a elegibilidade dos cidadãos para acessarem os benefícios ou receberem sanções; dominam a forma de tratamento dos cidadãos e medeiam aspectos da relação institucional dos cidadãos com o Estado (LIPSKY, 2010; LOTTA, 2010).

Preocupados em entender melhor essas características, Ferreira e Medeiros (2016) observam que três fatores principais moldam o comportamento dos BNR no processo de implementação: fatores pessoais (crenças, valores, altruísmo, vocação, autointeresse e poder discricionário); fatores institucionais e gerenciais da política (discricionabilidade, sistemas de controle, *accountability*, leis, normas e regras, recursos, sistemas de incentivo, padrões de desempenho e estrutura de poder) e fatores relacionais (com o público da política, com os gerentes e com os políticos). Aqui é interessante assinalar o aparecimento dos fatores relacionais como elementos que incidem sobre a ação dos BNR. Contudo, a noção de relação trabalhada pelos autores ainda está muito restrita àquelas protocolares e institucionais e não chega ao nível microssocial ou micropolítico. Ou seja, não é abordada a relação concreta dos agentes com os diversos públicos, em sua potencialidade, seus constrangimentos, no estatuto relacional pragmático que regula as relações intersubjetivas com os cidadãos.

Considerando os fatores apresentados pelos autores e examinando a literatura sobre o tema, o aspecto que é mais trabalhado e que se mostra mais relevante para se compreender o papel do BNR no processo de implementação é seu poder discricionário. Fassin (2015) argumenta que não é apenas uma questão de sustentar que os agentes têm espaço para interpretar e liberdade de agir em relação às injunções de textos parlamentares que definem as modalidades de sua intervenção. Para ele, fazer isso seria “limitar o foco nas ‘táticas’ que, segundo Michel de Certeau, implicam que os agentes, sem dominar as regras do jogo, só podem subvertê-las, enquanto as ‘estratégias’ supõem uma certa autonomia para definir estas regras” (FASSIN, 2015, p. 5, tradução nossa)². Na realidade, seja por excesso de zelo ou convicção, os BNR muitas vezes estendem o domínio das políticas bem além do que é solicitado, o que, para Fassin (2015), faz deles o próprio Estado.

Convergindo com o pensamento de Fassin (2015), Maynard-Moody e Musheno (2003) ressaltam que os BNR não são apenas agentes estatais que aplicam regras formais, mas, em vez disso, são “agentes cidadãos” que estão constantemente atentos a quem são seus “clientes” e fazem julgamentos que surgem das tensões sustentadas entre os mandatos legais e suas crenças sobre o que é justo ou o certo a ser feito. Outro ponto bastante trabalhado na literatura sobre os BNR é a influência que o ambiente político-institucional tem em seus atos. Para Lipsky (2010), as ações desses profissionais estão profundamente enraizadas na estrutura do trabalho das organizações públicas que, por sua vez, refletem as relações ideológicas e organizacionais prevaletentes na sociedade como um todo. Fassin (2015) considera que as instituições são o local onde o Estado é produzido, sendo que essa produção não ocorre no vácuo – ela opera em um ambiente ideológico e sob restrições regulatórias. Nesse contexto, o autor afirma que os BNR não se comportam como “elétrons livres”, mas, sim, estão inseridos dentro de redes de significado e ação que estão inscritas dentro das instituições estatais. Assim, as organizações públicas estão na interseção de políticas e práticas, na interface entre o que ocorre na esfera pública e o que reflete o *habitus* profissional do agente.

² No original: “to limit the focus to ‘tactics’ which, according to Michel de Certeau, imply that the agents, without mastering the rules of the game, can only subvert them, whereas ‘strategies’ suppose a certain autonomy to define these rules”.

Também devemos considerar que os BNR têm uma variedade de relacionamentos e fazem seu trabalho em uma microrrede de relações múltiplas, tanto verticais como horizontais. De acordo com Hupe e Hill (2007), na dimensão horizontal, eles têm colegas de trabalho em seus departamentos, colegas que trabalham em outras organizações, alguns membros da mesma profissão, outros não, com quem podem dialogar sobre suas ações e refletir sobre que decisões tomarem. Na dimensão vertical, por sua vez, os burocratas de nível de rua mantêm relações funcionais e mais ou menos estruturais com os cidadãos em seus papéis específicos e, também, com os gerentes públicos, como chefes de departamento. Mais à distância, em termos do sistema geral, relacionam-se com seus superiores politicamente designados (HUPE; HILL, 2007). Ou seja, os agentes sofrem múltiplas influências de diferentes intensidades e direções, o que impacta no cotidiano do seu serviço.

No que se refere às relações que os BNR estabelecem com os cidadãos, são cruciais, pois a política é produzida nesse momento. Para Bartels (2013), essas interações também colaboram para influenciar o comportamento dos implementadores, uma vez que, diante da realidade vivida, necessitam tomar uma decisão, o que, para o autor, ocorre em um encontro público. Segundo Ferreira e Medeiros, a partir da leitura de Bartels, um encontro público é um “processo em que o profissional e o cidadão interagem na coprodução e entrega das políticas, no qual trabalhadores e cidadãos podem aperfeiçoar a qualidade da entrega do serviço público, a tomada de decisão e a solução de problemas” (FERREIRA; MEDEIROS, 2016, p. 783).

De acordo com Bartels (2013), o encontro entre agentes públicos e cidadãos não é simplesmente um vazio comunicativo para a transmissão neutra de informações, mas, em vez disso, um processo multifacetado de interpretações situadas e entrelaçadas que permite aos cidadãos fazer reivindicações, influenciar as decisões e se entender com os profissionais públicos. A perspectiva de encontros públicos trabalhada por Bartels (2013) é a que mais se aproxima de uma abordagem microssocial, mas, ainda assim, é muito voltada para os aspectos funcionais da interação, e pouco trata da sociabilidade.

Os BNR são tensionados por todos os lados e possuem um papel mediador importante, seja para intermediar as relações entre Estado e cidadãos, ou para harmonizar os conflitos decorrentes das ambiguidades das normas/regras, das necessidades da vida cotidiana, dos embates entre valores pessoais e institucionais. Para Kushnir (2000) e Lotta (2010), é através dessas relações cotidianas que os BNR conseguem criar pontes e promover a mediação entre os diferentes universos onde transitam, construindo interações que possibilitam a conexão de segmentos previamente afastados ou desunidos, envolvendo acordos, ainda que provisórios, entre eles.

Todos esses elementos deixam claro que não é apenas o Estado que dita uma política aos seus agentes. São também os próprios agentes que fazem a política do Estado, sendo mais ou menos restritos pelo escopo de seus empregos e recursos, tomando mais ou menos iniciativas em relação aos regulamentos impostos sobre eles. Ademais, por serem atores públicos que operam no domínio público, tais agentes são cobrados e responsabilizados publicamente pelos resultados de suas ações. Eles são demandados a prestar contas sobre o andamento dos seus trabalhos, seja por meio de relatórios que se tornarão públicos, pelas falas em conferências, fóruns e reuniões ou pelas conversações que se desenrolam nos encontros públicos. Ou seja, suas decisões e ações implicam *accountability* – devem ocorrer publicamente, serem materializadas a partir da comunicação pública e dependem da publicidade para serem bem-sucedidas (CALDEIRA, 2017). É importante ressaltar que é por meio da comunicação pública, entendida aqui como toda a comunicação voltada para a opinião pública que se dá no espaço público, que o Estado encontra formas de operacionalizar a *accountability* nos diversos fenômenos políticos.

Diversas pesquisas exploram os desafios que esses agentes enfrentam em diferentes setores, levantando, principalmente, os aspectos institucionais (e funcionais) de operacionalização da política pública propriamente dita e os dilemas desses profissionais frente a isso. Todavia, elas pouco abordam as relações comunicativas mais amplas desses agentes, relacionadas às dinâmicas mobilizadoras e de problematização coletiva, e é justamente este aspecto que se pretende deslindar neste texto, o que aprofundaremos nas próximas seções.

Mobilização social e publicização

Discricionariedade, valores pessoais, normas e regras, relações estreitas com os cidadãos usuários da política, vivência do cotidiano, mediação. Todas essas expressões dizem sobre os BNR, que são tanto a face como o coração do Estado. Eles são a face, pois estão em contato direto com os cidadãos concernidos pelas políticas públicas que implementam, e são o coração, pois, como afirma Fassin (2015), representam o lado mais “quente” do Estado, uma vez que têm a possibilidade de acionar seus valores e crenças pessoais para tomar decisões em momentos de ambiguidade, encarnando o próprio Estado.

Por serem a face e o coração, os BNR desempenham importante papel na mobilização social dos cidadãos. Na nossa visão, a mobilização social se dá quando os sujeitos/grupos se percebem afetados por uma situação problema, o que causa preocupação e com ela o início de uma investigação, na qual são desenvolvidas indagações sobre a situação, que culminam em problematizações e na publicização do problema. Esse processo pode ser lento, pois nem sempre os sujeitos compreendem e racionalizam o que os afeta, o que faz das interações comunicativas fatores essenciais para que eles compreendam a questão (PIMENTA; HENRIQUES, 2019).

Henriques (2012) ratifica que tanto a formação como a movimentação de públicos em prol de uma causa ocorre por meio de intensas e constantes trocas comunicativas, no sentido de que os sujeitos precisam colocar em comum suas percepções, preferências, valores, opiniões, crenças, conhecimentos e interesses e também por meio da geração de vínculos entre os sujeitos, que emergem do confronto e do esforço gasto em compartilhar e gerar algo em comum. A própria dinâmica dessas trocas cria uma incessante retroalimentação do processo de formação do interesse público assim constituído, o que chama a atenção para “o processo de geração de uma causa social como um processo interativo aberto e complexo, que mantém com o processo mobilizador uma relação de reflexividade” (HENRIQUES, 2012, p. 10). Portanto, o autor afirma que “a mobilização social ocorre em função de uma causa, mas, ao mesmo tempo, a própria afirmação pública de uma causa não pode prescindir de um processo de movimentação dos públicos em torno dela” (HENRIQUES, 2012, p. 10).

Dessa forma, tornar um problema público, como afirma Cal, “remete não só a torná-lo visível socialmente, como também e, principalmente, num sentido mais político, torná-lo tema de discussão social” (CAL, 2007, p. 19), inseri-lo numa rede de comunicação pública e mobilização social que possibilite a sensibilização da sociedade. Pensando na emergência, espontânea ou planejada, do debate público, Weber (2017) afirma que o mesmo é iniciado em redes de comunicação ligadas a instituições e públicos com movimentação contínua e estratégica – como as redes governamentais e midiáticas – ou de movimentação eventual dependendo do tema em questão. Desse modo, as redes são “espaços onde trafegam pactos e disputas de poder na medida em que se movimentam em direção à obtenção de visibilidade, apoio, mudanças, leis e votos que exigem negociações e decisões políticas” (WEBER, 2017, p. 45). Para a autora, as redes de comunicação permitem a circulação de informações e ações, com significados e interpretações passíveis de acolhimento e rejeição por outras redes.

Segundo Weber (2017) essas redes são formadas a partir de questões que, obrigatoriamente, incitam outros públicos, outras redes, gerando agregação, proximidade para que os públicos se façam ouvir, se façam ver como defensores, críticos ou antagonistas. Ao criar a tipologia das redes para detectar a circulação de opiniões e ações em torno de temas de interesse público, a autora assume que estas instâncias têm poder e capacidade/necessidade de intervir nas coisas da vida. Para ela, nem todas as redes se movimentam da mesma maneira, assim como os temas de interesse público não afetam a todas. Ela ainda argumenta que a expressão e a visibilidade das redes de comunicação pública configuram o debate público, sendo que seu “empoderamento está diretamente relacionado aos indicativos da qualidade da sua argumentação e mobilização capazes de incidir nas decisões, ou situações que desencadearam a circulação do tema de interesse público” (WEBER, 2017, p. 54).

A conformação de redes de comunicação pública está estreitamente relacionada à formação e movimentação de públicos, em condições de publicidade, ao redor de questões que suscitam o interesse coletivo (PIMENTA, 2019). É preciso ressaltar que as condições de publicidade são configuradas pela visibilidade em duas dimensões: de uma disponibilidade (para qualquer um) e de uma generalidade (capaz de envolver a todos). Entretanto, Henriques (2017b) aponta que isso não significa que qualquer coisa, a qualquer momento, a alcançará, pois, o espaço público é um território de disputas. No caso da disponibilidade, há reservas à visibilidade, quer pelo deliberado intuito de mostrar/ocultar, quer pelos conflitos relacionados aos meios e à distribuição desigual dos recursos de visibilidade, quer ainda pela disputa por atenção. Já no caso da generalidade, os condicionantes envolvem a produção do sentido de “público” como aquilo que afeta e interessa a todos e a difusão da própria ideia de certa unidade genérica e abstrata que a todos envolve ou deveria envolver (HENRIQUES, 2017b).

Na mesma linha, Mafra (2010) afirma que a dinâmica mobilizadora é complexa, uma vez que o envolvimento e a vinculação de sujeitos a determinada causa, indubitavelmente, não é um processo linear. O fato de certa informação ser recebida por um sujeito não assegura seu envolvimento e disposição para se mobilizarem a um mesmo objetivo. Diante disso, o sujeito só pode pertencer/apoiar determinada causa se for capaz de compartilhá-la de forma intersubjetiva com outros sujeitos. Somente “por meio de uma atividade organizante de modelagem de um mundo comum, é possível existir uma mudança na realidade dos sujeitos e da sociedade” (MAFRA, 2010, p. 116). O autor define a mobilização social como um processo “circular, dinâmico e recursivo; como num *looping* autoprodutivo”, em que as interações comunicativas entre os sujeitos produzem e conformam novos modos de pensar e agir. Ressalta, ainda, que “para que as pessoas se sintam mobilizadas num âmbito social, é necessário que a causa, por sua vez, esteja ao mesmo tempo materializada simbolicamente em cada sujeito e no conjunto de todos os sujeitos reunidos” (MAFRA, 2010, p. 116).

As dinâmicas de mobilização, que para Cefai (2009) são correlatas às dinâmicas de “problematização” e de “publicização”, colocam em prática modos de ação e de justificação cuja mensuração não depende de si próprios. O autor ressalta que publicizar, e, conseqüentemente, mobilizar, é tirar o problema da “sombra em que ele não seria mais que um caso de grupos de interesse organizados e especializados”, e operar de modo a que ele seja “reconhecido, explorado e resolvido por representantes da opinião pública e por operadores da ação pública — diante do olhar do público” (CEFAI, 2017, p. 199). Nesse cenário, os sujeitos, ao reconfigurar os contextos de percepção e manipulação de objetos físicos e sociais e rearticular campos de experiência, com seus horizontes de expectativa, de memória, de sensibilidade e de imaginário, fazem com que o problema passe “por cima das fronteiras dos mundos sociais, organizacionais e institucionais”, e abra “novos palcos de publicização, meio lá meio cá, sobre esses mundos”, entrando, de modo central ou periférico, nas agendas de muitos dos que tomam decisões (CEFAI, 2017, p. 195).

Portanto, acreditamos que os BNR desempenham um papel importante nesse processo de mobilização social, pois, além do dever ético de zelar pelo respeito aos direitos humanos e pela promoção da cidadania, eles transitam em diversas esferas e têm um conhecimento privilegiado e multifocal sobre as questões problemáticas que permeiam a política que implementam, o que lhes confere autoridade para incitar um debate local sobre o assunto. Ademais, suas relações cotidianas com os cidadãos permitem o desenvolvimento de problematizações diárias que podem ser ampliadas com o decorrer do tempo, principalmente diante do estreitamento dos laços entre os profissionais e a população, chegando até o nível de uma problematização coletiva que possa sensibilizar outros cidadãos.

Tomando como base as características do BNR e as dinâmicas aqui expostas, na próxima seção partimos para uma análise empírica das ações de mobilização social e publicização engendradas pelos BNR no enfrentamento à ESCA no município de Itaobim, Minas Gerais, a fim de iluminar o potencial mobilizador que esses agentes apresentam e desvelar os processos comunicacionais em que estão inseridos.

Publicização e mobilização social de um enfrentamento

Ao olharmos para os aspectos históricos, políticos e sociais que constituem a região do Vale do Jequitinhonha e a cidade de Itaobim, encontramos uma acentuada situação de pobreza, altos índices de analfabetismo e baixa escolarização, um setor de Saúde fragilizado e que não alcança as comunidades rurais, um crescente recrudescimento da violência estrutural (homicídios, furtos, roubos, tráfico de drogas e armas), efetivos precários das organizações policiais, uma baixa presença de instituições judiciais e uma população altamente dependente das políticas de transferência direta de renda (PIMENTA, 2019).

Em Itaobim, de uma prática que era visível a todos, cuja oferta era feita à luz do dia, nas margens da BR-116, a ESCA tornou-se camuflada. Segundo Pimenta (2019), hoje a oferta e o contato com os clientes e aliciadores acontecem por meio das redes sociais digitais, principalmente pelo Whatsapp, aplicativo que permite contato direto e privado entre as vítimas e os clientes e aliciadores, o que diminui, ou praticamente anula, a visibilidade da prática e, conseqüentemente, a percepção de que o problema ocorre. A autora também aponta que a rede de enfrentamento tem observado uma (re)naturalização da ESCA, o que dificulta os processos de mobilização. Tais fatores – menor visibilidade e naturalização – indicam que a prática está sendo subnotificada e que as denúncias não têm ocorrido, o que obstaculiza as ações de mobilização (PIMENTA, 2019).

É diante desse cenário que os BNR desvelam ações de mobilização social e tentam conferir certo grau de publicidade ao enfrentamento à ESCA, com a finalidade de proteger e promover os direitos da população infantojuvenil. Baseados na ideia de Cefaï (2017), de que as dinâmicas de mobilização são correlatas à publicização, para fins didáticos, mapeamos e classificamos as interações que os BNR engendram conforme a escala representada na figura 1, que discrimina os diferentes graus de publicidade dessas interações e demonstra o trânsito desses agentes em ambientes com distintas configurações de publicidade, cujos limites são tênues e configuram diferentes estratégias de mobilização.

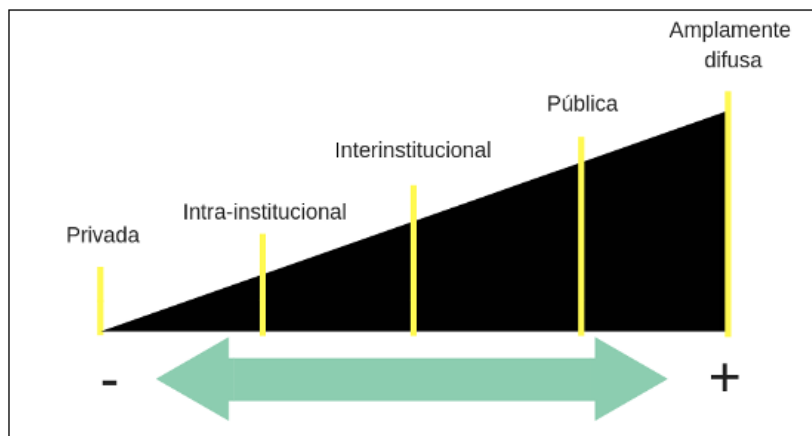


Figura 01: Grau de publicidade e privacidade

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

1) *Interações privadas* – Os assistentes sociais e os psicólogos na condição de BNR dos serviços ofertados pelos CRAS e CREAS são responsáveis pelo atendimento psicossocial de crianças, adolescentes e suas famílias. No caso dos CRAS o trabalho se dá, primordialmente, em grupos de convivência, normalmente separados por faixa etária ou gênero, que apresentam alguma publicidade, tendo em vista que os participantes dos grupos podem ser reprodutores/portadores das informações lá trabalhadas. Já no CREAS, é feito um atendimento especializado com os indivíduos, famílias ou grupos, conforme a violação de que se trata (violência contra mulher, abuso sexual infantil, ESCA, etc.). Além disso, tanto os CRAS quanto os CREAS realizam visitas domiciliares para averiguar denúncias de violações e acompanhar a situação das famílias. Nesses atendimentos, grupais ou individualizados, os BNR devem primar pelo sigilo profissional e zelar pela privacidade dos atendidos. Respeitando essa privacidade e considerando o interesse em compreender as interações que se dão em condições de publicidade, ainda que mínimas, não foi observada nenhuma situação de atendimento privado e, conseqüentemente, não se pode particularizar como eles acontecem – o que não caberia a uma pesquisa de comunicação pública. Todavia, não se pode desconsiderar que eles são importantes momentos de interação entre os agentes e os usuários dos serviços, sendo, inclusive, os momentos em que os agentes podem identificar a ocorrência de casos de violação e, no caso do CREAS, tratar diretamente do assunto. Esta dimensão, então, trata do mais alto grau de privacidade o que, em contrapartida, tende a anular as condições de publicidade.

Deve-se ponderar que essas interações não são estritamente privadas. Por serem agentes públicos, que trabalham em instituições do poder público, os BNR são cobrados a prestar contas de suas ações, essas implicam *accountability* e publicidade, ainda que esta seja mais restrita (LIPSKY, 2010; LOTTA, 2010; CALDEIRA, 2017). Mesmo que seja necessário manter a privacidade dos atendidos, os agentes devem fazer relatórios contabilizando os atendimentos e descrevendo suas peculiaridades. Em alguns casos eles são demandados, inclusive, por uma casuística e devem fazê-la mantendo-se o sigilo profissional. Ou seja, mesmo nas relações mais privadas dos BNR existe uma faceta pública. Outro ponto a ser destacado aqui é a influência dos fatores apontados por Ferreira e Medeiros (2016). Aqui há uma confluência desses fatores, tanto no que diz respeito à discricionariedade do momento do atendimento, quanto às normas e regras institucionais do equipamento público e as relações estabelecidas entre BNR e cidadãos.

2) *Interações intrainstitucionais* – Fora o atendimento individualizado, os BNR tratam do tema da violência sexual nos grupos de convivência de crianças e de adolescentes que são realizados nos CRAS, com palestras e atividades lúdicas voltadas especificamente para este público. Nesse contexto, as interações são mais restritas, menos visíveis a todos, mas, apresentam algum grau de publicidade, principalmente porque os participantes desses grupos podem atuar como portadores das informações e repassá-las aos seus familiares. Segundo o Entrevistado 3³ os encontros com os grupos de crianças e adolescentes são semanais e tratam dos mais diversos temas, sendo que as violações sexuais são muito discutidas no mês de maio – em decorrência do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente – e, durante os outros meses, aparecem esporadicamente.

O Entrevistado 3 também afirma que o CRAS costuma fazer palestras sobre a temática, principalmente no que se refere à prevenção, mas, somente para o público atendido. Dentre outros assuntos, são abordados como e onde fazer denúncias, e o que é a violência. O Entrevistado 3 destaca o uso da ludoterapia como estratégia de aproximação com o público infantil, como ferramenta de facilitação do diálogo. A questão das palestras nos CRAS e o atendimento psicossocial das famílias nos grupos de convivência como importantes espaços para tratar da prevenção à ESCA também são ressaltados pelo Entrevistado 2: “A gente trabalha, como eu te falei, a questão da prevenção, e é justamente com palestras e com orientações às famílias. Às vezes nem é só com aquela família que a gente sabe que tá com caso de violência, mas, sim, no geral” (Entrevistado 2).

Por lidar com um público mais restrito e acontecer dentro das dependências dos equipamentos públicos da Assistência Social classificamos o trabalho realizado nos grupos de convivência, principalmente as atividades de sensibilização para as situações de violência sexual, com o menor grau de publicidade. Mesmo que a discussão seja circunscrita a um espaço-tempo e a um público específico, os grupos de convivência estão disponíveis para qualquer criança e adolescente que more nas áreas de abrangência dos CRAS participar, o que lhe confere, em certa medida, condições de publicidade. No aspecto da interação, podemos observar um encontro público entre BNR e público atendido (BARTELS, 2013), em que há a discussão do tema, que é fator essencial para a mobilização em prol de uma causa. Ademais, os três fatores levantados por Ferreira e Medeiros (2016) também podem ser observados nesse âmbito.

3) *Interações interinstitucionais* – Foram classificadas como interinstitucionais aquelas interações em que os agentes expandem suas falas e presença pública para além dos CRAS e dos CREAS. Momentos em que os BNR participam de fóruns organizados pela rede socioassistencial, ou que dão palestras educativas nas escolas, entram nessa categoria. Expandindo o público-alvo para além dos usuários dos Centros de Referência, as ações nas escolas da cidade atingem dezenas de alunos e, por meio de peças teatrais e palestras, abordam especificamente a temática do abuso e da ESCA. Aqui podemos observar como os agentes tecem uma microrrede de relações múltiplas (HUPE e HILL, 2007), estabelecendo relação com profissionais de outros equipamentos públicos, acionando outras redes de comunicação pública.

Outro ponto a ser assinalado é o fato de as crianças e os adolescentes serem o principal público das ações de sensibilização. Seja pela facilidade de acesso às escolas, ou porque é esse o público que realmente precisa ser informado e levado a identificar situações de violência sexual que possam estar acontecendo, percebemos que todas as ações envolvem a população infantojuvenil.

³ Foram realizadas entrevistas em profundidade com três agentes implementadores da cidade de Itabim (um psicólogo e dois assistentes sociais), entre os anos de 2017 e 2018. Para preservar a identidade dos entrevistados, não foi feita a distinção de gênero ou referência aos nomes e funções dos mesmos no texto.

4) *Interações públicas* – Dentre as situações que observadas, uma que obteve maior condição de publicidade, mas que ainda assim não atingiu a esfera pública difusa, foi a 1ª Gincana “Para além do 18 de maio” de Itaobim. Já havia alguns anos que a rede socioassistencial de Itaobim desejava realizar uma mobilização para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no município que fosse para além da fatídica data do 18 de maio⁴. Em 2018, tal desejo começou a se tornar realidade. No princípio desse ano, a equipe do CREAS se reuniu para fazer o planejamento anual de ações e, assim, previu uma ação denominada “Para além do 18 de maio”, cuja ideia era trabalhar durante todo o ano o tema do combate à violência sexual infantojuvenil com os mais diversos públicos – escolas, comunidades rurais, ONG’s, donos de bares, donos de hotéis, caminhoneiros, dentre outros. Todavia, estando o plano pronto, perceberam que não seria possível realizar tudo o que havia sido proposto, tendo em vista que sua equipe era muito pequena e ficaria sobrecarregada ao ter que, para além das atividades rotineiras, executar o trabalho externo com as comunidades.

O plano original estava difícil de sair do papel, mas o CREAS, em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantil, pensou em outra alternativa: a criação de uma gincana, entre as escolas, com o tema “Para além do 18 de maio”. A partir da ideia da gincana, o Departamento Municipal de Assistência Social e Trabalho de Itaobim convocou toda a rede socioassistencial para colaborar em sua organização. Diante disso, foram divididas comissões de organização que, juntas, pensaram em várias provas para provocar a mobilização dos alunos e da sociedade em prol do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, expandindo o campo de atuação para além do centro da cidade, como acontecia nas tradicionais caminhadas do 18 de maio, abrangendo outros bairros e outras instituições, atingindo diversos públicos. Segundo o Entrevistado 1, a rede de enfrentamento fez uma avaliação das ações dos anos anteriores para embasar quais atitudes tomar na nova estratégia de mobilização, cujo principal objetivo era mobilizar o maior número de pessoas possível, contemplando grande parte do território da cidade.

Mas, afinal, em que consistiu a gincana? A rede socioassistencial se reuniu e decidiu que a competição aconteceria no período de 7 a 25 de maio e seria composta de cinco tarefas prévias e de um evento de encerramento no dia 25 de maio, no estádio municipal, no qual as equipes realizariam provas relâmpagos. Diante disso, a comissão organizadora elaborou um regulamento geral da gincana e convidou todas as escolas do município que atendem alunos a partir de 12 anos – recorte feito tendo em vista a complexidade de algumas tarefas propostas. Ao todo foram convidadas sete escolas, mas apenas três aderiram à proposta: E.M. Olyntho Rodrigues, E.E. Chaves Ribeiro e E.E. Irmãos Fernandes. Mesmo que apenas três escolas tenham aderido, as mesmas estão localizadas em lugares bem específicos e acabam envolvendo a maioria da cidade. Como dito, a gincana contou com cinco tarefas prévias. Na primeira tarefa, que foi denominada “Conhecimento e Compartilhamento”, as equipes deveriam fazer a abertura da gincana na escola, para os discentes, finalizando com a postagem de uma foto e uma mensagem relativa ao tema na página do *Facebook* da instituição. A segunda tarefa proposta pela gincana foi a elaboração de um esquete teatral que abordasse o tema “Abuso e Exploração Sexual”. A terceira tarefa, denominada “Multiplicando Saberes”, desafiou as equipes a se articularem para transmitir as informações relativas ao tema “18 de maio” ao maior número possível de pessoas da comunidade, abordando como surgiu a data, qual a importância de se trabalhar a prevenção, a responsabilização e a denúncia. Na quarta tarefa, batizada de “Flash Back”, as equipes deveriam visitar o maior número possível de hotéis, bares, restaurantes, postos de gasolina, transportes escolares, dentre outros espaços, alertando as pessoas sobre o tema do 18 de maio. A quinta e última tarefa, anterior ao evento do dia 25, foi denominada como “Meu Corpo é Sagrado”. Para a realização dessa tarefa, as

⁴ Dia Nacional de Luta pelo Fim da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente. A data – 18 de maio – representa um momento emblemático para o país, pois foi nesse dia, em 1973, que uma menina de oito anos foi brutalmente assassinada em Vitória-ES, após ter sido estuprada por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, prescreveu e ficou impune.

equipes deveriam fazer um trabalho informativo com os mototaxistas do município sobre o abuso e a ESCA, bem como a importância desses profissionais na prevenção e denúncia aos órgãos competentes.

Após as cinco tarefas, a gincana culminou em um grande evento, que reuniu mais de 500 alunos, integrantes das três equipes, no Estádio Municipal de Itaobim, no dia 25 de maio. Durante a competição, as equipes apresentaram os esquetes teatrais que elaboraram e também competiram nas seguintes provas relâmpagos: 1) responder as charadas; 2) levar ou representar o símbolo da primeira instituição a trabalhar o tema “Abuso e Exploração sexual” na cidade de Itaobim; 3) falar o nome completo de todas as cinco conselheiras tutelares do município de Itaobim; 4) levar ao palco o maior número de artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente em 10 minutos.

As provas propostas pela 1ª Gincana permitiriam maior proximidade com as comunidades periféricas e sensibilizaram os adolescentes a refletirem e se movimentarem para informar às pessoas das suas comunidades sobre a importância de se promover os direitos infantojuvenis e combater a violência sexual. Ela ampliou as condições de publicidade da causa de enfrentamento às violações sexuais e atingiu outros públicos que antes eram pouco afetados. Contudo, ainda assim não podemos afirmar que este foi o ápice de publicidade das ações de enfrentamento, principalmente porque a Gincana ficou muito circunscrita às escolas e à capacidade de seus alunos de sensibilizarem outros membros de suas comunidades. Pensando nas dinâmicas de publicização, na disponibilidade e generalidade de informação (HENRIQUES, 2017b), no acionamento de diversas redes de comunicação pública (WEBER, 2017), a experiência da gincana, ainda que não esteja no maior grau de publicidade, revela importantes aspectos interacionais e ações de mobilização. Claramente o problema foi colocado à disponibilidade e a discussão social a seu respeito foi estimulada, condições precípuas para mobilização (HENRIQUES, 2012; CAL, 2007). Além disso, podemos perceber que não há só uma movimentação em função da causa, mas a sua própria afirmação pública demanda a formação/movimentação dos públicos, como apontado por Henriques (2012). Aqui também podemos observar como os BNR articulam-se nas microrredes, estabelecendo relações horizontais, com outros agentes, e verticais, com gerências e cidadãos.

5) *Interações amplamente difusas* – As ações que atingiram o ápice de publicidade foram aquelas que se desenrolaram em praça pública, às vistas de todos, movimentaram as ruas e até mesmo pararam o trânsito da BR-116. No ano de 2017, a rede socioassistencial de Itaobim realizou uma grande caminhada de mobilização em prol do dia 18 de maio. Tal caminhada foi uma ação conjunta entre o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o CREAS, os CRAS, a Casa da Juventude, a ASCAI, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, o CAPS Infantil, as escolas municipais e estaduais, o Departamento Municipal de Assistência Social e Trabalho, o Departamento Municipal de Educação e o Departamento Municipal de Esporte, Cultura, Lazer, Patrimônio e Turismo.

Crianças e adolescentes com faixas e cartazes e os profissionais das entidades organizadoras reuniram-se e foram guiados por um carro de som em que o coordenador do CAPS Infantil chamava à população para participar da caminhada e para se atentar aos casos de violações. Além do carro de som, a Banda da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Itaobim também animou os participantes, que receberam a escolta da Polícia Militar pelas ruas e o apoio da Polícia Rodoviária Federal para cruzarem a BR-116. Mais de 500 pessoas participaram da concentração e da marcha, que percorreu 1,2 quilômetros, para chegar até a praça principal da cidade – Praça Afonso Martins – onde foram realizadas algumas apresentações teatrais e musicais. Um ponto que merece ser destacado é o uso do teatro como recurso de mobilização social. A realização de peças teatrais aparece com muita força, principalmente para falar diretamente às crianças. Tanto as ONG’s quanto os equipamentos públicos utilizam dessa linguagem para abordar o assunto das violações sexuais de forma mais sensível e impactante, o que parece surtir um efeito positivo na discussão do problema.

Sobre a atuação dos BNR em questão, observou-se que eles contribuíram para a articulação e organização do evento e para a distribuição dos materiais educativos nas ruas. À medida que entregavam os fôlderes, eles alertavam a população sobre o porquê daquela caminhada e da importância em se denunciar casos de violações sexuais. Os profissionais se colocaram em ação, às vistas de todos, marcaram presença. Ainda que eles não tenham tido momentos de fala ao microfone, o fato deles estarem engajados na caminhada, seja por dever de ofício ou por adesão à causa, marca a presença pública desses agentes, i.e., diz das condições de maior publicidade em que eles se colocaram. E aqui é importante pontuar que além de tornar o problema visível, eles o colocaram em discussão social.

Com base no exposto, fica evidente que o espaço-tempo em que impera as ações de enfrentamento com maior publicidade é o dia 18 de maio. Seja para a realização de efemérides em praça pública, ou para motivar uma semana inteira de trabalhos de sensibilização voltados ao combate das violações sexuais, o 18 de maio é a data escolhida pelo município, quiçá pela região. Quando a data se aproxima, a rede socioassistencial se movimenta, as ONG's cobram alguma ação por parte do poder público, reuniões são feitas e todos concordam que é preciso fazer algo para marcar a data, ou até mesmo durante todo o mês de maio. Para além de um dever de ofício, torna-se um dever moral que os agentes se mobilizem para essa data e participem das ações públicas, mostrando seu apoio à causa. Fato é que, independente de qual ação será realizada, o 18 maio suscita maior publicidade às ações de enfrentamento as violências sexuais contra crianças e adolescentes.

Considerações finais

Os BNR são tensionados por uma série de fatores em seu cotidiano. Eles são cobrados pela efetividade da política por seus superiores e pelo sistema político como um todo; são confrontados pela população para que as ações sejam executadas da forma que melhor lhes atenda, mesmo que faltem recursos para isso; são demandados pela legislação e pela ética da profissão a exercerem uma função social de sensibilização para a promoção e proteção dos direitos humanos e da soberania popular; são desafiados a atuar em contextos sem a estrutura necessária e com escassez de recursos e, também, são cobrados pela transparência e responsividade da política, atuando em diferentes condições de publicidade. Tudo isso configura sua *accountability*. Eles têm que prestar contas, não só formalmente, a diversos públicos, o que dá a ver uma dimensão pública do trabalho deles.

Para além dessas funções, os BNR, principalmente os assistentes sociais e psicólogos que atuam no enfrentamento à ESCA, desempenham um papel importante no processo de mobilização, pois, além do dever ético de zelar pelo respeito aos direitos humanos e pela promoção da cidadania, os agentes transitam em diversas esferas e têm um conhecimento privilegiado e multifocal sobre as questões problemáticas que permeiam a política que implementam. Eles devem atuar para muito além do atendimento aos cidadãos usuários dos serviços e ter uma postura de constante defesa dos direitos humanos e apoio aos movimentos sociais na luta por esses direitos. Além disso, necessitam primar pela socialização das informações sobre os serviços que implementam e pelo estímulo ao debate sobre as questões referentes à profissão e aos direitos humanos como um todo, atentando-se sempre para o sigilo profissional. Ou seja, eles possuem atribuições tanto num âmbito privado quanto público, e devem estabelecer um elo entre a dimensão individual e as dimensões coletivas, local e extralocal, lidando com todos os dilemas que isso acarreta.

Podemos perceber que muitos fatores externos interferem no potencial mobilizador dos BNR. Eles podem levar as pessoas a reconhecerem que uma questão é problemática, mas, em última instância, isso depende da forma com que cada sujeito reage e se sente afetado pelo problema. Sobre o compartilhamento de percepções e a visibilidade do problema, os agentes têm papel fundamental. Seja por ações mais

privadas, no âmbito dos atendimentos, ou por mobilizações mais públicas, que envolvem um maior número de pessoas, os profissionais contribuem ao jogar luz sobre a ESCA nas localidades e remetem à amplitude do problema.

É preciso enfatizar, também, a capacidade que os BNR têm de regular os graus de publicidade/privacidade da causa. Eles, de certa forma, definem como o assunto será tratado, em quais locais, em quais condições e para quais públicos. Pelo que pudemos observar, os agentes têm a discricionariedade de escolher se o assunto será menos ou mais público. O próprio fato de restringirem as ações apenas ao 18 de maio já é uma decisão discricionária, além, é claro, da presença deles nos eventos públicos. Todavia, alguns fatores transcendem a capacidade de regulação dos agentes, principalmente no que se refere à naturalização da causa, à violência estrutural e a outros condicionantes que afetam as condições de publicidade da causa.

Esses pontos ressaltados não pretendem esgotar as possibilidades que esta pesquisa levantou. Mais do que conclusões peremptórias, essas questões que foram sedimentadas incitam outros debates. O campo de estudos das interações comunicativas em processos de implementação é promissor e pode ser pesquisado por diferentes lentes dentro da própria área da comunicação.

Referências

BARTELS, K.P.R. Public Encounters: the history and future of face-to-face contact between public professionals and citizens. **Public Administration**, v.91, n.2, p.469-483, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-8069-90>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CAL, D. G. R. **Entre o privado e o público**: contextos comunicativos, deliberação e trabalho infantil doméstico. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CALDEIRA, J. A. **Condições de publicidade em processos de accountability**: uma análise a partir da Comforça de Venda Nova. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: CECRIA, 2000.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Tradução: Bruno Cardoso. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.11-48, 2009.

_____. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.107, p.187-213, mar. 2017.

FASSIN, D. et al. **At the Heart of the State**: the moral world of institutions. London: Pluto Press. 2015. 305p.

FERREIRA, V. R. S.; MEDEIROS, J. J. Fatores que moldam o comportamento dos burocratas de nível de rua no processo de implementação de políticas públicas. **Cad. EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v.14, n.3, jul./set. 2016.

HENRIQUES, M. S. **Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

_____. A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social. **Revista Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Curitiba, v.2. n.1, p.1-12, 2012.

_____. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: MARQUES, A.; OLIVEIRA, I.; LIMA, F. (Orgs.). **Comunicação Organizacional**: vertentes conceituais e metodológicas, v.2. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2017a.

_____. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública: formas de conhecimento, ação e organização. In: SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade; AMORIM, Lidianie Ramirez de (Orgs.). **(Re) leituras contemporâneas sobre comunicação organizacional e relações públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017b. p. 53-65.

HUPE, P.; HILL, M. Street-level bureaucracy and public accountability. **Public Administraton**, v. 85, n. 2, p. 279-299, 2007.

KUSCHNIR, K. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**. Dilemmas of the individual in public service. 30th anniversary expanded editon. New York: Russell Sage Foundaton, 2010. 275 p.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família. 295f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAFRA, R. L. **Mobilização social e comunicação**: por uma perspectiva relacional. *Mediação*, Belo Horizonte, v.11, n.10, p.105-118, jan./jun. 2010.

MAYNARD-MOODY, S.; MUSHENO, M. **Cops, teachers, counselors**: stories from the front lines of public services. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003. 221p.

PIMENTA, L.; HENRIQUES, M. S. O elefante na sala: dinâmicas do silêncio e obstáculos à efetivação da cidadania no problema da exploração sexual infantojuvenil. **Revista Compólitica**, v.9, n.3, p.39-61, 2019.

PIMENTA, L. **Processos mobilizadores em contextos embaraçosos**: a atuação dos agentes implementadores no enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil no Vale do Jequitinhonha. 2019. 295f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Orgs.). **Comunicação pública e política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-58.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O artigo é resultado de um recorte da tese de doutorado “Processos mobilizadores em contextos embaraçosos: a atuação dos agentes implementadores no enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil no Vale do Jequitinhonha”, defendida em 12 fevereiro de 2019, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fontes de financiamento

A referida pesquisa foi realizada com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, através da concessão da bolsa de doutorado.

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada ao 29º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Agradeço aos colaboradores do Vale do Jequitinhonha, ao Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mobilização Social e Opinião Pública – Mobiliza e às valorosas contribuições dos pareceristas da E-Compós.